



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Wtra Camata
e AMOC. do
Serrador
21/12/2021

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER - CECTEL

Parecer n.º 17 de 21 de Dezembro de 2021.

Projeto de Lei n.º 173/2021 de 20 de Dezembro de 2021.

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, “Dispõe sobre a concessão do Abono-FUNDEB aos profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino, na forma que especifica”.

O projeto de Lei n.º 173/2021 foi encaminhado à Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer para emissão de parecer quanto ao mérito, nos termos do artigo 51, do Regimento Interno.

“Art. 51. Compete à Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer manifestar-se em todos os projetos e matérias que versem sobre educação, ensino, convênios escolares, bolsas de estudo e merenda escolar; desenvolvimento cultural e acesso às fontes da cultura ubaense, além de datas comemorativas”.

Fundamentação

Criado em 2006 pela Emenda Constitucional nº 53/2006 para substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) vem ajudando os sistemas de ensino a se organizarem melhor no que diz respeito ao atendimento escolar de toda a **Educação Básica**. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) dá segurança financeira aos municípios e Estados para expandirem seu número de matrículas e os orienta no cumprimento de suas responsabilidades com a **Educação**.

Como a validade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) iria até 2020, foi necessário a criação de um novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e este, por sua vez, foi instituído pela Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e regulamentado **pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Este novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) trata-se de um Fundo Especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e de transferências dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vinculados à Educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal. **Independentemente da fonte de origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na manutenção e no desenvolvimento da educação básica pública**, bem como na valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração.

De acordo com o novo manual de orientações do FUNDEB, é importante observar que todo o recurso do Fundeb, incluída a complementação da União, só poderá ser gasto em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino. Entretanto, a Constituição Federal estabeleceu a divisão desses recursos em 2 percentuais, cada qual com a sua finalidade específica. Os percentuais são de, no mínimo, 70% voltados à remuneração dos profissionais da educação básica e de até 30% para as demais ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, podendo haver variação entre Estados e entre Municípios sobre os percentuais finais, desde que respeitada a disposição constitucional.

Falando especificamente sobre o **Abono FUNDEB**, a mensagem nº 71 encaminhada pelo Poder Executivo **explica que se trata de uma medida emergencial e excepcional para o cumprimento do já citado limite mínimo de 70% com o pagamento de profissionais da Educação Básica.** Importante dizer que os referidos “profissionais da Educação Básica” neste caso são: Professores, Psicólogos e Assistentes Sociais. É dito no Art. 26 da Lei nº 14.113/2020 que:

*“Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5 desta lei, proporção **não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento**, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício;*

(...)”

O art. 61 da Lei nº 9.394/1996 também fala sobre o tema:

“Art. 61. Consideram-se profissionais da Educação Escolar básica os que nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

I – professores habilitados em nível médio ou superior para docência (...)

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional (...)

Ainda se referindo ao termo “Abono”, a mensagem nº 71 cita que “Abono é uma forma de pagamento que tem sido utilizada, sobretudo pelos municípios, quando o total da remuneração do conjunto dos profissionais do magistério da Educação Básica não alcança o mínimo exigido de 70% do FUNDEB. Portanto, este tipo de pagamento **deve ser adotado em caráter provisório e excepcional**, apenas nessas situações especiais e eventuais, não devendo ser adotado em caráter permanente”

Após constatar que mesmo tendo feito planejamento através de políticas estruturais e da valorização dos profissionais, **a Administração Municipal não conseguirá atingir o mínimo constitucional de 70% dos recursos do FUNDEB destinados aos profissionais da Educação**. Por isto e após ter sido verificada a possibilidade de adoção de providências cabíveis à Secretaria Municipal de Educação, a previsão de pagamento do Abono FUNDEB como medida excepcional se justifica com finalidade de atendimento às normas do FUNDEB no que tange o exercício de 2021.

Esta Comissão destaca que, MAIS UMA VEZ, segundo a mensagem nº 71, o **objetivo deste Projeto de Lei nº 173/2021 é o de “garantir o cumprimento do percentual mínimo constante do inciso IX do art. 212-A da Constituição Federal, à razão dos recursos do FUNDEB”**.

Sobre como será feito o cálculo, no art. 3º do Projeto de Lei nº 173/2021, é dito que **“o valor do abono pago aos servidores na forma prevista em regulamento será concedido de forma proporcional de acordo com os dias efetivamente trabalhados”**. O período utilizado para o cálculo será de Janeiro a Dezembro de 2021 e não incluirá inativos e pensionistas.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

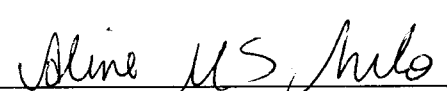
Conclusão

Pelo exposto acima, Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer opina pela aprovação do Projeto de Lei n.º 173/2021.

Ubá, 21 de Dezembro de 2021.


VEREADOR EDEIR PACHECO DA COSTA
PRESIDENTE DA COMISSÃO


VEREADOR GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS
MEMBRO DA COMISSÃO


VEREADORA ALINE MOREIRA SILVA MELO
MEMBRO DA COMISSÃO

